



## **PARECER N° 30/2025 – CEBES**

Da Comissão de Educação e Bem-Estar Social, sobre o **Projeto de Lei nº 164/2025**, de iniciativa do Vereador Leandro Andrade Preto que “Dispõe sobre a prioridade para mulheres chefes de família monoparental no acesso a políticas públicas municipais voltadas à formação de capital humano próprio, ou de seus dependentes, nas áreas de trabalho, assistência social, educação infantil, habitação e mobilidade”.

### **I – RELATÓRIO.**

Trata-se do Projeto de Lei 164/2025, de autoria do Vereador Leandro Andrade Preto, que dispõe sobre a prioridade para mulheres chefes de família monoparental no acesso a políticas públicas municipais voltadas à formação de capital humano próprio, ou de seus dependentes, nas áreas de trabalho, assistência social, educação infantil, habitação e mobilidade.

Justifica o Senhor Prefeito, que: “O presente Projeto de Lei propõe diretrizes para priorizar mães solo no acesso a políticas públicas municipais voltadas ao desenvolvimento humano, beneficiando tanto elas quanto seus dependentes. A proposta abrange áreas como trabalho, assistência social, educação infantil, habitação e mobilidade. Segundo o IBGE, mais de 11 milhões de mulheres no Brasil vivem essa realidade, enfrentando múltiplas jornadas, baixa renda e falta de apoio institucional. Essas condições agravam sua vulnerabilidade social e dificultam o acesso a direitos básicos. A iniciativa busca romper barreiras estruturais e promover inclusão, reconhecendo que investir no capital humano das mães solo gera impactos positivos para suas famílias e para o desenvolvimento local.”

É o breve relatório.





## **II – ANÁLISE DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E BEM-ESTAR SOCIAL**

Inicialmente, importante ressaltar que compete a Comissão de Educação e Bem-Estar Social a análise de Projetos de Lei com matérias referentes ao ensino, ao patrimônio histórico e cultural, à ciência, às artes e à assistência social, conforme segue:

**“Art. 52.** Compete:

**III – à Comissão de Educação e Bem-Estar Social, matéria que diga respeito ao ensino, ao patrimônio histórico e cultural, à ciência, às artes e à assistência social.”**

Dessa forma, cabe também a esta Comissão de Educação e Bem-Estar Social, o processamento do presente projeto.

A presente matéria abrangendo áreas essenciais como trabalho, assistência social, educação infantil, habitação e mobilidade. Tal proposta se mostra necessária e oportuna diante da realidade social brasileira, em que um grande número de lares é sustentado exclusivamente por mulheres.

No eixo da educação, a matéria se alinha a um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento humano e a superação das desigualdades. Garantir o acesso prioritário a creches e escolas de educação infantil para os filhos de mulheres responsáveis únicas pelo sustento da família contribui para que estas possam buscar qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho com mais segurança e estabilidade. Ademais, políticas de incentivo à educação continuada para essas mulheres que são fundamentais para romper o ciclo de vulnerabilidade.

No campo da assistência social, a matéria reforça a função protetiva do Estado em relação a grupos em situação de vulnerabilidade. A mulher chefe de família monoparental enfrenta desafios múltiplos, incluindo a sobrecarga de responsabilidades e a ausência de redes de apoio. A priorização no atendimento de programas sociais, como cestas básicas, auxílios emergenciais, programas de transferência de renda e atendimento psicossocial, contribui para reduzir as desigualdades estruturais.





Ao assegurar prioridade no acesso à habitação, à mobilidade e à empregabilidade, cria-se uma rede de proteção que favorece o protagonismo da mulher e o desenvolvimento saudável de seus dependentes. O investimento em políticas públicas direcionadas ao bem-estar dessas famílias é investimento em equidade, justiça social e desenvolvimento sustentável.

A matéria, ao propor a prioridade para mulheres chefes de família monoparental, não apenas reconhece uma realidade social atualmente, como também propõe medidas efetivas para enfrentá-la. Trata-se de uma iniciativa que converge com os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da equidade de gênero e da proteção à família.

No que competem a esta comissão, não tendo impedimento, somos favoráveis a regular tramitação da propositura.

#### IV – VOTO

Diante de todo o exposto e, com base no que se verificou através do presente, no que compete à Comissão de Educação e Bem-Estar Social, não se vislumbra óbice ao prosseguimento do Projeto de Lei de nº 164/2025. Assim, **SOMOS PELO PROSSEGUIMENTO DO REFERIDO PROJETO DE LEI**, ao qual deve ser dado ciência aos vereadores, bem como, submetido à deliberação plenária para apreciação conforme o Regimento Interno desta Câmara Legislativa.

Dessa forma, submetemos o parecer para apreciação dos demais membros das comissões.

É o parecer.

Câmara Municipal de Araucária, 02 de julho de 2025.



**PEDRO FERREIRA DE LIMA**

02/07/2025 09:43:59

CÂMARA MUNICIPAL DE  
**ARAUCÁRIA**  
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-  
Brasil.

**Vereador Relator – CEBES**





# CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

ESTADO DO PARANÁ  
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzato

## DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO – DIPROLE SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS

### VOTAÇÃO DE PARECER

Na reunião realizada no dia 03 de julho de 2025 na Sala do Diprole da Câmara Municipal de Araucária, os Vereadores, Leandro Andrade Preto e Sebastião Valter Fernandes, membros da Comissão de Educação e Bem-Estar Social, votaram favoráveis ao Parecer nº 30/2025-CEBES, referente ao Projeto de Lei nº 164/2025.

Araucária, 03 de julho de 2025.



**PEDRO FERREIRA DE LIMA**

04/07/2025 13:19:18

CÂMARA MUNICIPAL DE  
ARAUCÁRIA  
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-  
Brasil.



**SEBASTIAO VALTER  
FERNANDES**

04/07/2025 10:56:04

CÂMARA MUNICIPAL DE  
ARAUCÁRIA  
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-  
Brasil.

